

PRETENSÕES DE VALIDADE DA INFORMAÇÃO DIANTE DA AUTORIDADE DO ARGUMENTO NA WIKIPÉDIA

VALIDITY CLAIMS OF INFORMATION IN FACE OF AUTHORITY OF THE ARGUMENT ON WIKIPEDIA

Marcio Gonçalves
Clóvis Montenegro de Lima

Resumo: Discute a dinâmica de validação da informação na Wikipédia. Para compreender as dinâmicas infocomunicacionais propõe-se a abordagem das pretensões de validade elaboradas por Jürgen Habermas em face à autoridade do melhor argumento. Identifica a Wikipédia como um ambiente discursivamente emancipatório e construído a partir do discurso argumentativo habermasiano levando à validação discursiva da informação.

Palavras-chave: Validade da informação. Autoridade do argumento. Wikipédia.

Abstract: It discusses the dynamic of validation of information on Wikipedia. To understand the infocommunicative dynamics It proposes to approach the validity claims made by Jürgen Habermas in face of authority of the better argument. It points out that Wikipedia is built as an emancipatory discourse according to Habermas' argumentative discourse considering the process of discursive validation of information.

Keywords: Validity claims. Authority of the argument. Wikipedia.

1 INTRODUÇÃO

A Wikipédia possibilita um ambiente mais emancipatório, discursivamente falando, a partir do estudo sistemático do pensamento de Jürgen Habermas por meio da teoria do discurso e da linguagem e da validação. Nessa enciclopédia *online* verifica-se que surge a iniciativa de estratégias colaborativas de produção por meio da força do melhor argumento.

Procura-se, portanto, estabelecer um aporte teórico que compreenda o processo de validação social dos verbetes construídos de forma discursiva na Wikipédia, pois a web é considerada um espaço de produção de sentido por meio de discurso argumentativo.

Com as inovações no processamento de volume de dados altera-se a percepção quanto ao que significa autoridade. No período de pouco mais de uma década e, talvez, de forma mais extensa do que em qualquer outro período na história, mexe-se com a maioria das ideias sobre valor cultural e intelectual.

As bases dos argumentos estabelecidos por Habermas sobre a interação comunicativa contribuem para entender tais mudanças atuais. Parte-se, assim, do encadeamento das ideias de que as coisas têm **pretensões de validez** e que elas passam por um **processo de validação** até adquirirem **validade**. Considera-se que o valor da Wikipédia é gerar atualização e que a enciclopédia *online* mantém o valor de ser atual.

2 WIKIPÉDIA E O AMBIENTE DISCURSIVAMENTE EMANCIPATÓRIO

A *Wikimedia Foundation*, presidida por Jimmy Wales, que é co-criador da Wikipédia, surge, em 2003, como projeto complementar à Nupedia e passa abrigar o site, cuidar do servidor e do desenvolvimento do projeto de enciclopédia *online*. É importante lembrar, porém, que o acadêmico Larry Senger, que já desenvolvia a *Nupedia* - um projeto semelhante -, mas que tinha como premissa a correção e edição sumária dos artigos enviados, é quem assina a criação. A sede fica localizada em São Francisco, Estados Unidos da América (até 2007 sua sede era no estado da Flórida).

A fundação é uma entidade filantrópica cujo regulamento declara que seu propósito é o recolhimento de dados, o desenvolvimento de conteúdo educacional e divulgação de forma eficaz e global. O objetivo declarado da *Wikimedia Foundation* é desenvolver e manter conteúdo aberto, por meio de projetos baseados no sistema *wiki* e fornecer o conteúdo completo desses projetos ao público gratuitamente.

Além da Wikipédia, a fundação gera um dicionário multilíngue chamado Wikcionário, uma enciclopédia de citações chamada *Wikiquote*, um repositório de textos de fontes em qualquer língua chamado *Wikisource*, e uma coleção de textos, estilo livros, para estudantes (tais como: manuais e livros de domínio público) chamado *Wikibooks*. *Wikijunior* é um subprojeto do *Wikibooks* e é especializado em livros para crianças. Todos os projetos principais da *Wikimedia Foundation* são desenvolvidos colaborativamente por seus usuários por meio do software *MediaWiki*. O conteúdo é livre e distribuído sob a Atribuição-Compartilhamento pela mesma Licença 3.0 (exceto o Wikinotícias, licenciado sob o *Creative Commons Attribution 2.5*), o que significa que pode ser livremente usado, livremente editado, reproduzido e redistribuído, sujeito às restrições de tal licença.

Para Burke (2012, p. 341) o advento de tecnologias digitais permite a criação da Wikipédia que hoje pode ser considerada como carro-chefe da ciência cidadã. Mais especificamente, considera-se neste trabalho a de conteúdo em língua portuguesa, formada por cidadãos dos seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

3 PRETENSÕES DE VALIDADE

A Wikipédia, reconhecida como um sistema de informação nos estudos de Ciência da Informação (CI), é um espaço no qual a comunicação e o engajamento na produção de informação torna-se cada vez mais importante no contexto dos sistemas de informação e, com isso, a teoria social crítica de Jürgen Habermas tem provado ser uma lente importante e útil

neste tipo de pesquisa, especialmente na compreensão do potencial comunicativo do desenvolvimento destes sistemas (ROSS, 2006, p. 15; ROSS; CHIASSON, 2011, p. 123; HENG; De MOOR, 2003, p. 331).

Reconhece-se a importância do pensamento de Habermas e suas premissas teóricas para a Ciência da Informação a partir de González de Gómez e Gracioso:

O pensamento de Habermas pode ser um eixo para refletirmos as revoluções científicas e tecnológicas que vivenciamos na sociedade contemporânea. Não só pelo fato deste autor ser contemporâneo e ainda vivo, mas principalmente por relacionar teorias do conhecimento já desenvolvidas, com as Ciências Humanas e Sociais de modo geral. Seus pressupostos nos ajudam a pensar as bivalências, os encontros e desencontros da sociedade atual e posiciona o conhecimento como elemento propulsor dessa situação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; GRACIOSO, 2007b, p.2).

As premissas teóricas, como pensam González de Gómez e Gracioso (2007b, p. 2), que fazem sentido para a Ciência da Informação frente à busca de Habermas por entendimento da dinâmica informacional propiciada pela Internet, principalmente ao que diz respeito aos critérios de validação dos conteúdos produzidos, é que são levadas em conta nesse artigo. González de Gómez (2009b, p. 115) considera “Habermas um intelectual comprometido com os rumos do mundo contemporâneo e os textos dele ganham clareza quando recolocados no contexto de uma leitura ética e política do presente”.

A CI está atenta à perspectiva interativa de construção e de uso de conteúdos na rede como campo para as investigações, como afirmam Gracioso e Saldanha:

A construção interativa de conteúdos na própria rede (e sua respectiva disponibilização por meio de sites de busca, que também recuperam conteúdos sistematizados) tem suscitado ainda mais um repensar teórico que nos permita entender as condições de validação informacional considerando os elementos que envolvem os processos de uso cotidiano da linguagem (GRACIOSO; SALDANHA, 2010, p. 102).

Habermas utiliza agir comunicativo quando diz que a linguagem natural é utilizada como forma de interação social (ligação entre *alter* e *ego*) e a coordenação das ações são orientadas pela força consensual do entendimento. É o Eu pós-convencional em Habermas no qual o indivíduo (*Ego*) resgata para si o direito de construir-se a si mesmo em permanente diálogo com os demais (*alter*) utilizando-se de atos de fala fundados em regras discursivamente elaboradas (JUSTINIANO, 2008, p. 45). Para haver o acordo é necessário coordenação das ações entre os atores, que buscam compartilhar o mundo da vida e fazer interpretações em comum. Influências e intervenções de fora descaracterizam o processo. Inexiste acordo, portanto, quando há gratificações ou ameaças.

No agir comunicativo os falantes são motivados pelo outro a agir racionalmente em função do efeito ilocucionário de comprometimento que os atos de fala provocam. Um acordo

racionalmente motivado entre todos os envolvidos só é possível de ser compreendido a partir dos estudos de Austin, que conferem à fala um sentido de ato, que não é assertórico (descrever algo), mas pragmático, ou seja, leva o outro a aceitar pressupostos pragmáticos da comunicação. As condições do discurso e o acordo racional obtido dependem de uma situação ideal de fala, que se caracteriza pela simetria de oportunidades dos que participam do diálogo (HERMANN, 2012).

Para Aragão, quando falantes e ouvintes assumem um enfoque performativo por meio do uso dos pronomes pessoais, cada *ego* defronta-se com o outro na forma de *alter ego* e reconhece-se a si próprio na sua absoluta diferença em relação ao outro:

Do ponto de vista pragmático, a linguagem assume relevância enquanto elemento mediador das relações que os falantes estabelecem entre si, quando se referem a algo no mundo. Quando eles assim o fazem, assumem os papéis dialogais de *ego* e *alter* em que *ego* utiliza-se de um ato-de-fala para expressar um estado-de-coisas referentes ao mundo, para o qual busca anuência de *alter*, isto é, utiliza-se de um ato-de-fala que traz em si implicitamente a pretensão de ser verdadeiro e poder ser reconhecido como tal por *alter*. *Alter*, por sua vez, vai reagir à oferta do conteúdo do proferimento de *ego* adotando uma posição de “sim” ou “não” em relação a esse conteúdo e, conseqüentemente, de concordância ou discordância em relação à pretensão de validade embutida no conteúdo do proferimento de *ego* (ARAGÃO, 2006, p. 28-29).

Ressalta-se, porém, as diferenças do que Habermas trata de agir comunicativo e de agir estratégico:

O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem-sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força motivadora dos atos de entendimento, portanto, numa racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente (HABERMAS, 1990).

Em relação ao agir estratégico, como mostra o quadro a seguir, quando a linguagem natural é utilizada para meio de transmissão das informações, há efeitos da coordenação das ações que são guiados pelas influências de determinados atores sobre os outros – indução do comportamento – e ficam enfraquecidas as forças ilocucionárias de ligação. O sucesso ilocucionário está em compreender e aceitar. Ao passo que o sucesso perlocucionário acontece quando os fins e efeitos vão além dos sucessos ilocucionários (PINZANI, 2009, p. 84).

Siebeneichler (2010, p. 21) cita que é a partir das teses de Herbert Marcuse e Max Weber que Habermas distingue três tipos fundamentais de agir ou ação: a) agir teleológico ou instrumental é quando o agente realiza um fim ou provoca um estado de coisas desejado à proporção que escolhe meios adequados e os aplica; b) agir estratégico acontece mediante o

qual o agente insere no cálculo do sucesso de sua ação a expectativa das decisões e atitudes de outro agente e c) agir comunicativo que é a forma primordial e paradigmática do agir humano.

Para Habermas (1996, p. 46) a intenção universal-pragmática básica da teoria do ato de fala fica expressa na análise das unidades de discurso elementares (expressões) de uma perspectiva semelhante àquela a partir da qual a linguística analisa as unidades da linguagem (frases). O êxito de um ato de fala comunicativo depende de um acordo sobre a razoabilidade das pretensões de validade nele exteriorizadas (SIEBENEICHLER, 2010, p. 23).

Pinzani cita alguns exemplos:

O ato locucionário diz respeito à dimensão meramente linguística (p.ex., “o meu amigo me diz amanhã te visitarei”); o ato ilocucionário atribui ao enunciado um determinado papel que pode ser compreendido somente em um determinado contexto (isso me permite saber se meu amigo está simplesmente afirmando que amanhã me visitará ou se está prometendo fazê-lo); o ato perlocucionário se refere ao efeito extralinguístico (vou comprar uma garrafa de vinho para tomá-la com meu amigo amanhã) (PINZANI, 2009, p. 84).

O núcleo da teoria do agir comunicativo de Habermas e da correspondente teoria da verdade pode ser resumido da seguinte forma: usar a linguagem significa, essencialmente, avançar pretensões de validade que devem poder ser justificadas discursivamente. Por isso, ao lado de uma teoria discursiva da verdade, Habermas elabora uma pragmática universal cujo papel é expor as condições da comunicação (PINZANI, 2009, p. 80). Siebeneichler (2010, p. 23) considera que a “teoria do agir comunicativo coloca em jogo um processo discursivo de entendimento que visa a um consenso apoiado em razões ou argumentos”.

O conceito de compreensão, que para Pinzani (2009, p. 81) é tão importante para Habermas, contém um elemento potencialmente crítico, pois se permite questionar o conteúdo comunicado por um falante ou transmitido pela tradição e verificar a validade dele:

Cada ação comunicativa se funda em um ato hermenêutico de compreensão que pode sempre levar a um questionamento das suas pretensões de validade e, eventualmente, a um discurso no qual tais pretensões devem ser fundamentadas (PINZANI, 2009, p. 81).

Após a virada paradigmática, pelo contrário, a verdade de um enunciado pode ser demonstrada também com base em razões que podem ser reconhecidas por uma comunidade de participantes da comunicação. O papel, que no antigo paradigma era atribuído à consciência, passa, no novo paradigma, a uma comunicação mediada por argumentos (PINZANI, 2009, p. 82). Uma comunicação “funcionando convenientemente proporciona os critérios que permitem dizer o que não fica bem quando uma comunicação é interrompida, parasitada: assimetria, não respeito ao outro, impossibilidade de recorrer ao melhor argumento” (DUPEYRIX, 2012, p. 50).

Habermas reconhece o poder da argumentação apresentando as diferenças entre assertabilidade e verdade:

As qualidades formais da argumentação ganham relevância na consideração da diferença entre assertabilidade e verdade. Porque “no último instante” evidências concludentes e argumentos convincentes falham e opiniões mesmo tão bem fundamentadas podem ser falsas, somente a qualidade do processo discursivo de certificação da verdade fundamentada a cada vez acessíveis estejam realmente disponíveis e, no final, também “contem”. Inconsistências percebidas, que despertam a suspeita “de que aqui sobretudo não se argumenta”, se manifestam primeiramente quando participantes evidentemente relevantes são deixados de fora, contribuições relevantes são reprimidas, e tomadas de posição de sim e não são manipuladas ou condicionadas através de influências de outro tipo (HABERMAS, 2002, p. 69).

A pretensão de validade alimenta-se do envolvimento entre quem fala e quem ouve como mostra a teoria dos atos de fala, dentro de um contexto hermenêutico. “Esta confiabilidade de caráter social-hermenêutico é que constitui o chão próprio da verdade, para trás, a ressonância do sentido pressuposto, e, para frente, a expectativa de corresponder o consenso” (DEMO, 1997, p. 230). Habermas salienta a necessidade de discussão e argumentação para garantir que os participantes estejam cientes das questões e das implicações de tópicos de discussão. As diferentes necessidades, interesses e opiniões de todas as partes interessadas devem ser discutidos em um fórum público para que outros possam debater, questionar e analisar as perspectivas de cada um (ROSS; CHIASSON, 2011, p. 135).

A prática da argumentação é, portanto, uma opção valiosa para produzir entendimentos sem necessidade da ação estratégica ou mesmo o uso direto da força:

Somos assim lançados numa exigência de argumentação por parte da racionalidade comunicativa para avaliar as pretensões de validade conectadas com as expressões, e substituir o uso da força externa por um tipo de comunicação que implica em não-coercitividade, como é o caso da ação comunicativa que visa alcançar entendimento. A argumentação é aquele tipo de discurso em que os participantes tematizam exigências de validade contestadas e tentam resgatá-las ou criticá-las através dos argumentos; e onde a “força” de um argumento é medida num contexto dado pela solidez das razões. Isto pode ser visto quando um argumento é capaz ou não de convencer os participantes num discurso, isto é, motivá-los a aceitar a exigência de validade em questão (ARAGÃO, 2006, p. 36).

Habermas sugere dois princípios para a aceitação e validação do conhecimento, inclusive de normas morais: (i) princípio U (Universalização), que atende à base lógica, para poder garantir a validade universal dos procedimentos; (ii) princípio D (Discurso), que atende à necessidade de comunicação participada, para permitir um consenso, ao mesmo tempo, lógico e democrático (DEMO, 1997, p. 231). Habermas chega a esta fórmula estimulado não

somente por Apel, mas também por um trabalho de F. Kambartel que cria, em 1974, uma fórmula semelhante. Ele também reconhece que o seu princípio D recebe reforços consideráveis de R. Alexy (SIEBENEICHLER, 2010, p. 11). “O princípio (D) habermasiano tem o papel de esclarecer que o princípio (U) exprime apenas o conteúdo normativo de um processo de formação discursiva da vontade” (CENCI, 2012, p. 109).

Toda a ética formalista tem de ser capaz de indicar um princípio que permita fundamentalmente conduzir a um consenso de motivação racional acerca de questões prático-morais controversas. Como regra de argumentação: (U) Todas as normas em vigor têm de cumprir a condição de que as consequências e efeitos secundários, provavelmente decorrentes de um cumprimento geral dessas mesmas normas a favor da satisfação dos interesses de *cada* um, possam ser aceites voluntariamente por *todos* os indivíduos em causa (HABERMAS, 1991, p.34).

Habermas (2010) explica a pretensão de validade a partir dos enunciados:

A verdade é uma pretensão de validade que associamos a enunciados na medida em que os afirmamos. As afirmações pertencem à classe dos actos de fala constativos. Ao afirmar algo, faço valer a pretensão de que o enunciado que afirmei é verdadeiro. Posso fazer valer esta pretensão de forma legítima ou de forma ilegítima. As afirmações não podem ser nem verdadeiras nem falsas, são, isso, sim, legítimas ou ilegítimas (HABERMAS, 2010, p. 183).

Pode-se elucidar o que é uma pretensão de validade com recurso ao modelo da pretensão jurídica. Uma pretensão pode ser reclamada, isto é, feita valer, pode ser contestada e defendida, rejeitada ou reconhecida. Pretensões que são reconhecidas são válidas. A circunstância de pretensões de validade realmente encontrarem reconhecimento pode ter muitos motivos (ou causas). No entanto, se e enquanto da “própria coisa” (grifo do autor) puder ser deduzido uma razão suficiente para o reconhecimento de uma pretensão de validade, dizemos que esta é reconhecida porque e exclusivamente porque é legítima (ou se afigura legítima aos que a reconhecem). Uma pretensão é designada por legítima se e na medida em que pode ser sustentada. “É que a validade legítima de uma pretensão garante a fiabilidade com que as expectativas resultantes de uma determinada pretensão são satisfeitas” (HABERMAS, 2010, p. 183).

Para distinguir entre enunciados verdadeiros e falsos, Habermas faz referência à avaliação de outros – a saber, ao juízo de todos os outros com que alguma vez pudesse entabular um diálogo. A condição para a verdade de enunciados é a concordância potencial de todos os outros. A verdade de uma proposição significa a promessa de alcançar um consenso racional sobre aquilo que é dito (HABERMAS, 2010, p. 190).

Diálogo e discurso, esclarece Hermann (2012), referem-se a diferentes modos de ação comunicativa que podem ser esclarecidos pelo recurso à etimologia da palavra. Diálogo provém do grego *dia-logos*, que significa por meio da conversa, ou seja, uma conversa recíproca entre duas ou mais pessoas. Diferentemente do diálogo, o discurso provém do termo latino *discurs*, que significa correr separados, correr para cá e para lá, dispersar-se. Constitui-se numa situação de conversa em que as contribuições de um e de outro estão relacionadas e orientadas ao entendimento. Enquanto o diálogo filosófico realiza-se entre dois participantes, o discurso busca um entendimento pela discussão pública de participantes separados numa polifonia incômoda, própria das sociedades pluralistas.

O discurso está além do encontro pessoal, não é privado, mas se dá numa esfera pública. A preferência de Habermas pelo discurso deve-se ao seu ceticismo em relação a um diálogo platônico-metafísico e em seu interesse na estrutura não existencial de uma esfera pública política que ultrapassa o plano pessoal. O discurso é uma forma especial de comunicação em que os participantes reagem diante de uma determinada perturbação (HERMANN, 2012).

4 AUTORIDADE DO ARGUMENTO

Para acompanhar discurso e validade da informação, no contexto proposto por Habermas, “que marcou sua discussão pela busca incansável de aprimoramento das relações democráticas da convivência social com base na força sem força do melhor argumento” (DEMO, 2009, p. 84), cabe lembrar os conceitos de ação e discurso.

González de Gómez apresenta as diferenças entre ação e discurso no contexto Habermasiano:

Ação remete ao âmbito de comunicação no qual tacitamente reconhecemos e pressupomos as pretensões de validade implicadas nas emissões ou manifestações (e, portanto, também nas afirmações), para intercambiar informações (imersos em experiências relativas à ação). Discurso remete à forma de comunicação caracterizada pela argumentação, na qual são tematizadas as pretensões de validade que se tornarem problemáticas e na qual se examina se são ou não legítimas (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2006, p. 63).

Em relação ao discurso, este seria uma forma de comunicação distinta da mera fala, onde se deve pressupor que as condições para uma situação ideal de fala – isto é, a ausência total de coação interna ou externa e a simetria de posições entre proponentes e oponentes – poderão ser satisfeitas num nível suficiente de aproximação (ARAGÃO, 2002, p. 122-123). “Nos discursos, não intercambiamos informações, mas argumentos que servem para justificar ou rejeitar pretensões de validade problematizadas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006, p. 64).

No discurso teórico, as afirmações feitas sobre os fatos são problematizadas e revistas, o saber é reassegurado verbalmente sobre o mundo dos objetos, a verdade até então vigente e aceita no grupo é redefinida. No discurso prático, a validade e a justeza das normas sociais que regulamentam a vida social são postas em cheque. Nesse processo argumentativo, prevalece unicamente o critério do melhor argumento, pois cada afirmação precisa ser justificada, cada julgamento precisa ser defendido e a validade das regras em questão, reafirmada (FREITAG, 2005, p. 101-102).

Enquanto sequência de atos comunicativos (e não sequência linear e lógica de sentenças), para González de Gómez (2009b, p.126), no processo “argumentativo sempre devem ser considerados ao mesmo tempo os argumentos, as demandas de validade e os atores sociais que lhes outorgam duplamente existência social e epistêmica”.

González de Gómez ainda completa a ideia de verdade:

As questões de verdade colocam-se não em relação aos correlatos intramundanos do conhecimento referido à ação, mas em relação aos “estados de coisas” no mundo, que se fazem corresponder com discursos “descarregados” da ação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2006, p. 65).

O conceito discursivo de verdade deve, de um lado, levar em conta o fato de que a verdade de um enunciado – dada à impossibilidade do acesso direto a condições de verdade não interpretadas – não pode ser medida por “evidências peremptórias”, mas apenas por razões justificadoras, se bem que jamais definitivamente obrigatórias; por outro lado, a idealização de determinadas propriedades formais e processuais da práxis argumentativa deveria pôr em relevo um procedimento que, mediante uma consideração sensata de todas as vozes, temas e contribuições relevantes, faça justiça à transcendência da verdade em relação a seu contexto, tal como é reivindicada pelo falante para seu enunciado (HABERMAS, 2004, p. 46-47, grifos do autor).

A solidariedade é para Habermas atividade de comunicação. Uma sociedade humana é uma realidade simbólica que não pode se manter, existir ou funcionar sem os recursos da linguagem os momentos de entendimento e cooperação que o diálogo permite. É na comunicação e por ela que liberdade e igualdade podem ser experimentadas, ajustadas e conquistadas (DUPEYRIX, 2012, p. 201).

Inspirado no filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), mas à luz do espírito Kantiano, Habermas procura manter uma relação entre justiça e solidariedade, pois as questões do bem viver (moralidade dos costumes) submetem-se a uma discursividade racional e podem ser reconhecidas como aceitável por todos (princípio universal) (HERMANN, 2012).

A comunicação com vistas ao entendimento mútuo, que tem por natureza um caráter discursivo, é diferenciada segundo os níveis do discurso e do agir. Tão logo as pretensões de verdade – ingenuamente levantadas no agir comunicativo, e mais ou menos autoevidentes no contexto de um mundo da vida comum – são problematizadas e se tornam objeto de uma controvérsia com base em argumentos. Para Demo (2009), a “beleza maior de um texto está em sua abertura promovida pela autoridade do argumento”.

Na opinião de González de Gómez, ainda sobre autoridade:

Habermas sustentará que a **autoridade epistêmica** para aceitar ou rejeitar argumentos, em contextos problemáticos, reflexivos e deliberativos, é competência de todos e cada um dos homens, em seus mundos de vida, e não função exclusiva das comunidades de eruditos, reformulando assim aquela idealização iluminista do uso público da razão, e abrindo uma via de articulação entre as universidades, a esfera pública e os mundos da vida (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 236).

Para referir-se às condições e possibilidades de articulação, social e epistêmica, das diferentes culturas de evidência que participam da produção de conhecimento em redes sociais e digitais, González de Gómez (2007a, p. 9) torna notável o termo **autoridade epistêmica distribuída**. A autora sugere que se deve pensar quais são as formas epistêmicas e sociais de um conhecimento em rede sujeitas a esse tipo de autoridade: a transdisciplinaridade é uma das possibilidades (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 10, grifo do autor).

Habermas, acerca do agir comunicativo e da práxis argumentativa, comenta que os envolvidos passam (mesmo que de modo rudimentar) “do agir comunicativo para outra forma de comunicação, a saber, para uma práxis argumentativa em que eles desejam se convencer mutuamente, mas também aprender uns dos outros” (Habermas, 2006, p. 92). A comunicação baseada em argumentos é, antes de mais nada, um discurso, ainda que sempre também prático, como quer Habermas (DEMO, 2012b, p.39).

As informações que provêm dos conhecimentos dos outros são aceitas pelos outros com base na “autoridade cognitiva” não só de uma testemunha, mas também de livros, artigos e outros registros e instrumentos que são “porta-vozes” de autoridade cognitiva de seus autores e criadores. Às vezes, o testemunho subsiste, aliás, à rebeldia do silêncio ou incompreensão de quem for sua testemunha (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, grifos do autor).

Argumentação, portanto, é o tipo de discurso em que os participantes tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las com argumentos (HABERMAS, 2012, p. 48). A capacidade de fundamentar exteriorizações racionais, por parte das pessoas que se portam racionalmente, corresponde à sua disposição de se expor à

crítica e participar regularmente de argumentações, sempre que necessário (HABERMAS, 2012, p. 49). No discurso argumentativo, como afirmam Lima, Moreira e Lima (2010, p. 692) “mostram-se estruturas de situação de fala que estão imunizadas contra repressão e desigualdade: elas se apresentam como uma forma de comunicação suficientemente aproximada de condições ideais”.

5 CONCLUSÃO

As atuais dinâmicas comunicacionais mudam a forma de validação da informação, pois é possível visualizar e discutir essa dinâmica uma vez que prevalece a autoridade do argumento e, não, o argumento da autoridade. Essas mudanças são parte de processos na esfera cultural que variam de acordo com a época em que se vive e das tecnologias disponíveis em cada sociedade.

É proposto, portanto, que na Wikipédia aconteça uma **validação discursiva da informação**, pois diante da ideia habermasiana de emancipação humana, o agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo propõe processos que levam os membros da sociedade a uma maturidade capaz de manter a autoridade dos argumentos estabelecidos no discurso.

No encadeamento das ideias de que as coisas têm **pretensões de validez** e que elas passam por um **processo de validação** até adquirirem **validade**, por **validação discursiva da informação** entende-se o processo de um agir comunicativo voltado ao entendimento mútuo alcançado pela ideia habermasiana de emancipação humana e de discurso. O processo envolve o uso da linguagem que promove avanços nas pretensões de validez quando justificadas discursivamente.

Novos estudos envolvendo o aporte teórico de Jürgen Habermas contribuem para mover a comunidade científica na busca de soluções para a criação e manutenção de sistemas de informação em que, mais do que preocupar-se com o desenvolvimento técnico em si, deve-se atentar em como o conteúdo a ser produzido pelo social ganha força. O envolvimento cada vez mais constante dos atores envolvidos nessa tessitura construída por diversas mãos universais deve ser o mote dos futuros encontros suscitados como debate na academia.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Lucia. **Habermas**: filósofo e sociólogo do nosso tempo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento – II**: da enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CENCI, Angelo Vitório. Da ética do discurso à teoria do discurso. In: NOBRE, M; REPA, L (Org.). **Habermas e a reconstrução**: sobre a categoria central da Teoria Crítica Habermasiana. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012b.

_____. **Qualidade humana**: somos corpo e alma, nem só corpo, nem só alma. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2009.

DUPEYRIX, Alexandre. **Compreender Habermas**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREITAG, Barbara. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens: questões epistemológicas, consequências políticas. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Org.) **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal, RN: Editora da UFRN, 2006.

_____. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. In: BRAGA, Gilda Maria; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.) **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT: Unesco, 2009a.

_____. Habermas, informação e argumentação. In: PINZANI, A.; LIMA, C. R. M.; DUTRA, D. V. **O pensamento vivo de Habermas**: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO, 2009b. p. 115-138.

_____. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Enancib, 2007a.

_____. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009c.

_____. A universidade e a “sociedade da informação”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 225-242, jul./dez. 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; GRACIOSO, Luciana de Souza. Ciência da Informação e a ação comunicativa no cenário web. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: Enancib, 2007b.

GRACIOSO, Luciana de Souza; SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem**: da pragmática informacional à web semântica. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento Pós-metafísico**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Agir comunicativo e razão descentralizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. **Comentários à ética do discurso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

_____. **Fundamentação linguística da Sociologia**: obras escolhidas de Jürgen Habermas. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. Teorias da verdade. In: _____. **Obras escolhidas de Jürgen Habermas**. Lisboa: Edições 70, 2010. v. 2, cap. 5.

_____. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa, Edições 70, 1996.

_____. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

HERMANN, Nadja. **Conferência sobre Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro, 2012. Aula ministrada em 25 abril e 9 mai. 2012. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apostila.

JUSTINIANO, Leonides da Silva. Estado e identidades pós-convencionais. In: MARTINS, C. A; POKER, J. G. A. B. (Org.). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2008.

LIMA, C. R. M de; MOREIRA, F. K; LIMA, J. R. T. Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 7, n. 3, p. 669-692, 2010.

PINZANI, Alessandro. **Habermas**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROSS, Alain. **A Habermasian Perspective on the Requirements Process in Software Development**. 2006. X f. Tese (Doutorado em Filosofia)– Haskayne School of business Calgary, Canadá, 2006.

ROSS, Alain.; CHIASSON, Mike. Habermas and information systems research: new directions. **Information and Organization**, n. 21, p. 123-141, 2011.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Razão comunicativa e técnicas de comunicação e informação em rede. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; LIMA, C. R.M de. (Org.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília, DF: IBICT, 2010.